



b) Dividir esse total encontrado pelo número de refeições servidas (campo 13). O resultado será igual ao custo médio da refeição (campo 14).

Ou seja:
Campo 14 = (Campo 9 + Campo 15) / Campo 13
IV - Participação da Entidade Executora
Nestes campos deverão constar as despesas realizadas com recursos financeiros próprios, alocados pela EE, para o atendimento da alimentação escolar aos alunos beneficiados pelo PNAE
15 - Em gêneros alimentícios.
Informar o total de recursos financeiros alocados pela EE na aquisição de gêneros alimentícios, destinados ao atendimento da alimentação escolar dos alunos beneficiados pelo PNAE.
16 - Outras Despesas

Especificar, valor monetário, outras despesas realizadas, como: transporte dos alimentos, aquisição de material de cantina (utensílios, equipamentos, gás de cozinha etc); prestação de serviços, em caso de terceirização;etc.

V - Declaração
VI - Autenticação
17 - Local, data, nome e assinatura do Gestor.
Informar local e data.
Assinatura do dirigente da EE (prefeito ou secretário de estado da educação) ou do representante legal constituído.
Nome legível da Entidade Executora ou de seu representante legal.

18 - Entidade Executora
Preencher com nome completo da Entidade Executora - EE a que se refere a prestação de contas.

19 - UF
Informar a Unidade da Federação.
20 - CNPJ
Informar o nº do CNPJ da Entidade Executora.
21 - Exercício
Informar o exercício que se refere a prestação de contas analisada pelo CAE.

VII - Parecer
22. Parecer conclusivo do CAE sobre a execução do Programa

Neste campo o Conselho de Alimentação Escolar-CAE deverá elaborar o parecer conclusivo sobre a análise da prestação de contas apresentada pela Entidade Executora. Para tanto, é necessário que as informações referentes a cada nível/modalidade de ensino

(creche, pré-escola, ensino fundamental e escolas indígenas) sejam discriminadas separadamente, porém em um único documento.

Para a elaboração do parecer , o CAE deverá seguir o roteiro contido neste, podendo acrescentar mais informações que julgar relevante.

23. Conclusão da análise da prestação de contas
Após concluído o parecer, assinalar a situação da prestação de contas, em conformidade com a análise realizada pelo CAE, indicando se a mesma está “regular” ou “não regular”.

VIII - Autenticação
24. Autenticação do CAE
Informar local e data.
Assinatura do Presidente do CAE ou de seu Representante

Legal
Nome Legível do Presidente do CAE ou de seu Representante Legal

ANEXO II
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
(Exclusivo para Municípios)
TERMO DE COMPROMISSO
Eu,

_____, nacionalidade _____, estado civil _____, portador do CPF nº _____, carteira de identidade nº _____, expedida pelo/a _____, UF _____, residente e domiciliado _____ à _____ Av./Rua _____, nº _____, Bairro _____, na cidade de _____, UF _____, Prefeito do Município de _____, UF _____, no uso das

atribuições legais que me foram conferidas e sob as penalidades da Lei, assumo perante o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação/FNDE o compromisso de:

I - determinar que a Secretaria ou Departamento de Saúde, ou órgão similar, desse município, exerça a inspeção sanitária dos alimentos utilizados no Programa Nacional de Alimentação Escolar neste município, conforme previsto no caput do art. 11 desta Resolução.

II - autorizar que a Secretaria ou Departamento de Saúde, ou órgão similar, desse município estabeleça parceria com a Secretaria de Saúde do estado, ou órgão similar, para auxiliar no cumprimento dessa atribuição.

Local e Data

Nome, assinatura e carimbo do dirigente da Entidade Executora

ANEXO III
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
(Exclusivo para Secretarias de Estado de Educação)
TERMO DE COMPROMISSO
Eu,

_____, nacionalidade _____, estado civil _____, portador do CPF nº _____, carteira de identidade nº _____, expedida pelo/a _____, UF _____, residente e domiciliado na _____ Av./Rua _____, nº _____, Bairro _____, na cidade de _____, UF _____, Secretário de Educação do Estado de _____, (ou do Distrito Federal) no uso das atribuições legais que me foram conferidas e sob as penalidades da Lei, assumo perante o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação/FNDE o compromisso de determinar que a Secretaria de Educação estabeleça parceria com a Secretaria de Saúde, ou órgão similar, do Estado ou do Distrito Federal e, quando for o caso, dos municípios, para realizar a inspeção sanitária dos alimentos utilizados no Programa Nacional de Alimentação Escolar nas escolas de sua rede, conforme previsto no caput do Art. 11, desta Resolução.

Local e Data

Nome, assinatura e carimbo do dirigente da Entidade Executora

PAUTA DE JULGAMENTO

Pauta de Julgamento dos Recursos Administrativos da Sessão Ordinária que se realizará no dia 31 de agosto de 2004, na Esplanada dos Ministérios, Bloco L, 8º andar, às 16h30 - Brasília-DF

| Nº | Nº Processo | Interessado | CNPJ |
|----|----------------------|---|--------------------|
| 1 | 23025.003913/96-57 | Caixa Econômica Federal - PR | 00.360.305/2039-94 |
| 2 | 23034.001026/2001-72 | ESSO Brasileira de Petróleo Ltda - RJ | 33.000.092/0001-69 |
| 3 | 23034.005335/98-46 | Madef S/A Indústria e Comércio | 92.696.418/0001-01 |
| 4 | 35429.000456/95-86 | Usina Santa Bárbara S/A - Açúcar e Álcool | 44.689.131/0001-01 |
| 5 | 23034.000056/95-52 | LABRA - Indústria Brasileira de Lápis S/A | 77.964.963/0001-30 |
| 6 | 23034.024698/2001-56 | Rolla Tecidos e Armarinho S/A | 17.246.703/0001-05 |
| 7 | 23034.014407/2000-31 | Caixa Econômica Federal | 00.360.305/2662-10 |
| 8 | 23034.000614/95-80 | Banco do Estado de São Paulo S/A | 61.411.633/0010-78 |
| 9 | 23034.033609/2002-43 | Manzoli S/A Comércio e Indústria - RS | 92.696.517/0001-85 |
| 10 | 23034.024751/2001-19 | Icaraf Auto Transportes Ltda - RJ | 28.547.537/0001-95 |
| 11 | 23034.001891/2001-19 | Manzoli S/A Comércio e Indústria - RS | 92.696.517/0001-85 |
| 12 | 23034.031734/2002-19 | Caraíba Metais S/A | 15.224.488/0001-08 |
| 13 | 23034022473/2002-46 | Metalúrgica Thoms & Benato Ltda - PR | 78.141.678/0001-81 |
| 14 | 23034.024873/2001-13 | Felinto Indústria e Comércio | 08.814.071/0001-30 |
| 15 | 23034.006276/94-91 | Eveready do Brasil Indústria e Comércio Ltda - SP | 56.144.033/0001-60 |
| 16 | 23034.009977/2000-17 | Lasa-Linhares Agroindústria S/A - ES | 27.291.400/0001-50 |
| 17 | 23034.021440/2001-06 | Dimave Distribuidores de Máquinas e Veículos Ltda | 13.042.353/0001-04 |
| 18 | 23034.014410/2000-54 | Caixa Econômica Federal | 00.360.305/2663-09 |
| 19 | 23034.000546/95-21 | Banco do Estado de São Paulo S/A | 61.411.633/0015-82 |
| 20 | 23034.014434/2000-11 | Caixa Econômica Federal - MS | 00.360.305/2629-07 |
| 21 | 23034.000555/95-12 | Banco do Estado de São Paulo S/A | 61.411.633/0525-78 |
| 22 | 23034.001852/2001-11 | Banco Bamerindus do Brasil S/A - SP | 76.543.115/0343-31 |
| 23 | 23034.000929/95-91 | TV São José do Rio Preto Ltda | 50.023.373/0001-36 |
| 24 | 23034.001861/2001-11 | Banco Bamerindus do Brasil S/A - RJ | 76.543.115/0240-26 |
| 25 | 23034.000238/2002-13 | Banestes S/A - Banco do Estado do Espírito Santo - RJ | 28.127.603/0028-98 |
| 26 | 23034.000237/2002-79 | Banestes S/A - Banco do Estado do Espírito Santo - MG | 28.127.603/0071-80 |
| 27 | 23034.001858/2001-99 | Banco Bamerindus do Brasil S/A - PR | 76.543.115/0001-94 |
| 28 | 23034.001863/2001-00 | Banco Bamerindus do Brasil S/A - AM | 76.543.115/0656-44 |
| 29 | 23034.000236/2002-24 | Banestes S/A - Banco do Estado do Espírito Santo - DF | 28.127.603/0057-22 |
| 30 | 23034.001864/2001-46 | Banco Bamerindus do Brasil S/A - MA | 76.543.115/0737-44 |

TARSO GENRO

UNIVERSIDADE FEDRAL DO PIAUÍ

ATO Nº 1.018, DE 17 DE AGOSTO DE 2004

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL D O PIAUÍ, no uso de suas atribuições legais e, considerando o Processo nº 8272/04-11, o Edital nº 01/2003 (item 10), publicado no DOU de 26.05.2003, o Parecer nº 705/04-PGF/UFPI - PROJUR, as disposições preconizadas no Decreto nº 4.175/2002, resolve:

Prorrogar pelo período de um ano a validade do concurso público de provas e títulos para o provimento de vagas na carreira do Magistério Superior referente ao Edital nº 01/2003, publicado no DOU de 26.05.2003.

PEDRO LEOPOLDINO FERREIRA FILHO

Ministério da Fazenda

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 248, DE 23 DE AGOSTO DE 2004

O MINISTRO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto no inciso II do art. 12 do Decreto nº 4.992, de 18 de fevereiro de 2004, alterado pelos Decretos nº 5.027, de 31 de março de 2004, nº 5.094, de 1º de junho de 2004, e nº 5.178, de 13 de agosto de 2004, resolve:

Art. 1º Ampliar os limites de que trata o Anexo IV do Decreto nº 5.027, de 31 de março de 2004, na forma do Anexo I desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO PALOCCI FILHO

ANEXO I

ACRÉSCIMO AOS LIMITES DE PAGAMENTO RELATIVOS A DOTAÇÕES CONSTANTES DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2004 E AOS RESTOS A PAGAR DE 2003.
(ANEXO IV DO DECRETO Nº 5.027, DE 31 DE MARÇO DE 2004.)

ACRÉSCIMO
R\$ MIL

| ÓRGÃOS E/OU UNID. ORÇAMENTÁRIAS | ATÉ AGO | ATÉ SET | ATÉ OUT | ATÉ NOV | ATÉ DEZ |
|---------------------------------|---------|---------|---------|---------|---------|
| 52000 - MIN. DA DEFESA | 93.660 | 93.660 | 93.660 | 93.660 | 93.660 |

Fontes: 100, 111, 112, 113, 115, 116, 118, 120, 124, 125, 127, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 138, 139, 140, 141, 142, 147, 148, 149, 151, 153, 155, 157, 158, 162, 164, 166, 168, 172, 174, 175, 176, 180, 185, 246, 247, 249, 280, 293, 900, 901, 903, 912, 953, 954, 955, 956 e suas correspondentes, resultantes da incorporação de saldos de exercícios anteriores.